

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA REPRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: A NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (NOBRADE), A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA CODIFICADA (EAD-DTD) E O PROJETO ARCHIVES HUB ¹

Ricardo Sodré Andrade²
ricardo@feudo.org

Resumo

Aspectos introdutórios relacionados com a representação de informação arquivística, utilizando a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) e o formato de metadados Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD), ambos denominados componentes do ambiente web de representação de informação. Após uma análise do histórico de cada um dos componentes, há indicações introdutórias, não esgotadas, para uso dessas. Uma tabela de equivalência é apresentada para relacionar os dois componentes na representação da mesma informação descritiva. O projeto britânico *Archives Hub* constitui um caso de aplicação de uma norma de descrição arquivística compatível com a Nobrade, a Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística, e a EAD-DTD, acredita-se que esse projeto seja um indicativo do potencial do uso desses componentes. Tal plataforma tecnológica para disseminação de informações descritivas de acervos arquivísticos pode ser utilizada para qualificação dos meios de acesso aos acervos e numa possível criação de redes de arquivos, observando os critérios de acesso remoto, interoperabilidade e preservação digital.

Palavras-chave: Recuperação da informação; Representação de informação arquivística; Norma Brasileira de Descrição Arquivística; Descrição Arquivística Codificada.

INTRODUCTORY ASPECTS OF THE ARCHIVAL INFORMATION REPRESENTATION: THE BRAZILIAN STANDARD FOR ARCHIVAL DESCRIPTION (NOBRADE), THE ENCODED ARCHIVAL DESCRIPTION (EAD - DTD) AND THE ARCHIVES HUB PROJECT

Abstract

Introductory aspects about archival information representation, using the Brazilian Standard for Archival Description (Nobrade) and the metadata format Encoded Archival Description (EAD-DTD), both called component of the information representation web environment are presented. After an analysis of the components, there are introductory indications, not depleted, for use of them. An equivalence table is presented to compare Nobrade and EAD-DTD. The British project Archives Hub is presented as a real case use of both a Nobrade-compatible standard, the International Standard for Archival Description (General), and the EAD-DTD. That project is taken as a potential indicative to the use of those components. This technological platform for descriptive archival information can be used to qualify techniques of archives access. It is also possibly useful to create archives nets, under remote access, interoperability and digital preservation criteria.

Keyword

Information representation; Archival information representation; Brazilian Standard Archival Description; Encoded Archival Description; Archives Hub.

¹ Trabalho apresentado como trabalho de conclusão de curso por Ricardo Sodré Andrade, para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia, no Instituto de Ciência da Informação/UFBA.

² Assessor de Tecnologia do Arquivo Público da Bahia (Fundação Pedro Calmon). Graduado em Arquivologia pelo Instituto de Ciência da Informação da UFBA. Editor do Portal do Arquivista (<http://www.arquivista.net>). Web: <http://www.feudo.org>.

1 Introdução

A representação da informação, enquanto processo, é uma atividade de extrema importância para os sistemas de informação arquivísticos.

Ações tradicionais de representação da informação arquivística se mostram insuficientes no contexto digital. Criar e manter uma representação digital de informação arquivística requer o entendimento e aplicação de normas de descrição e formatos de codificação.

Esse trabalho apresenta a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) e o formato Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) como ferramentas ideais para que as instituições arquivísticas disponibilizem na Internet as informações descritivas relativas aos seus acervos.

São apresentadas as áreas e elementos descritivos propostos pela Nobrade, assim como as etiquetas correspondentes, existentes no formato EAD-DTD, que é explicado, brevemente, quanto à sua estrutura e formas de uso.

Argumentos são apresentados para reforçar a afirmação de que as instituições precisam participar de esforços colaborativos de âmbito técnico, criando uma inteligência de grupo para o tratamento dos documentos e informações neles registradas.

Considera ainda que a Nobrade e a EAD-DTD podem auxiliar na consolidação de redes de arquivos, possibilitando a implantação de uma base tecnológica de apoio à rede, até mesmo materializando-a. Para isso, fez-se uma apresentação do projeto britânico denominado Archives Hub, que disponibiliza, em um único mecanismo de busca, cerca de 20.000 instrumentos de pesquisa normalizados com a ISAD(g) e codificados com a EAD-DTD. A Nobrade é um desdobramento brasileiro da norma de descrição internacional, a ISAD(g).

Espera-se que redes de arquivos estaduais e nacionais se baseiem em normas e formatos como os propostos, para sua efetiva consolidação, ultrapassando os aspectos unicamente técnicos das ações colaborativas, para passar a oferecer serviços à sociedade, baseados nessas ações de colaboração.

2 Acesso e representação da informação arquivística

A informação é a matéria que diversas instituições tomam como seu principal motivo de existir, é o objeto das ações que desenvolvem. Entre essas instituições estão as arquivísticas, que presenciam uma revolução tecnológica que questiona as práticas tradicionais, na medida em que proporciona novas possibilidades e provoca alterações nas anteriormente existentes.

Os profissionais da informação também são desafiados durante e depois da sua formação. Mudanças de posturas e até mesmo novos posicionamentos críticos acabam por se mostrar inevitáveis. Essa situação não deve ser percebida como um fenômeno belicoso, antes, um potencial de integração e avanço qualitativo. Há que se considerar que a formação desses profissionais atualmente passa por transformações, os cenários apontam conhecimentos que se mostram fundamentais para a atuação do indivíduo na arena profissional e para o tratamento de informação em novos suportes e contextos.

Podemos perceber a tecnologia da informação não apenas como ferramenta, mas como um agente que, ora é condicionado, ora é condicionador dos rumos da sociedade. É esclarecedor quando analisamos as mudanças ocorridas nas relações de trabalho, de convívio e de outros vários aspectos. Por outro lado, assim como a tecnologia acompanha as necessidades do homem, também podemos considerar que o homem pode pensar e agir de acordo com suas disponibilidades materiais (SANTOS, 2004).

Talvez no fato de a sociedade ainda não reconhecer os arquivos como um espaço de apreensão de informação, tão valorizada por essa mesma sociedade, estaria o motivo da visão social que tais sistemas de informação possuem. A dificuldade de acesso à documentação, situação não rara de acontecer, pode ter contribuído para a má impressão que as pessoas têm de um arquivo, um emaranhado confuso de papéis. Este é um problema histórico decorrente de vários fatores, que encontra nas consolidações de técnicas e nas novas tecnologias diversas possibilidades de solução.

Apesar de não prescindir do trabalho intelectual humano, as tecnologias possibilitam um salto qualitativo no acesso às informações arquivísticas.

Um dos desafios atuais para as instituições que custodiam parcelas da memória da sociedade, nesse caso as instituições arquivísticas, é ampliar sua capacidade de atendimento a uma clientela cada vez mais diversificada de interessados em obter acesso aos acervos custodiados. Há uma crescente variação nos perfis de usuários, anteriormente formada quase que exclusivamente por historiadores. Espera-se que os cidadãos comuns percebam o arquivo, notadamente o público, como um local de acesso à informação de interesse pessoal para a construção da identidade, exercício da cidadania e, até mesmo, para atender a curiosidades culturais.

Dos caminhos seguidos para a melhoria dos serviços de informação nas instituições arquivísticas estão aqueles que objetivam o aumento da qualidade das representações de informação.

O termo representação da informação pode ser entendido como um processo e também como produto(s) dele derivado(s). A representação busca estabelecer uma correspondência entre o objeto a ser representado e o padrão de representação utilizado (YAKEL, 2003). Essa correspondência é um produto informacional que representa aspectos relevantes do objeto representado.

A representação de informação é conhecida na Arquivologia como Descrição Arquivística. Os dois termos serão utilizados neste trabalho em referência à mesma atividade.

Cook (apud HAGEN, 1998) diz que a representação da informação arquivística deve ser realizada em relação à substância e estrutura da documentação. Consideramos que a substância deve abranger o conteúdo e o contexto da informação. A estrutura se relaciona com o suporte e os meios de acesso a este.

A organização da informação é pré-requisito para a representação. Não se pode representar informações sem que elas tenham passado por um tratamento, porque há prejuízo da economia de recursos e o resultado final poderá não ser satisfatório até mesmo a curto prazo. No caso dos acervos arquivísticos permanentes, o arranjo documental é essencial para descrever o acervo, uma vez que entender as unidades lógicas estabelecidas para a documentação (fundo, grupos, séries etc.) permite que afirmações acerca do contexto e do conteúdo sejam formalizadas.

Contexto e conteúdo são dois aspectos igualmente importantes para que se possa apreender todo o potencial informativo do documento. A informação arquivística de valor histórico não se limita apenas à informação que prontamente é percebida, a que está registrada no documento. Concordando com Cook (1997), citado por Fonseca (2005a), há tanto valor informativo nos contextos³ quanto no assunto, expresso no documento, para a compreensão dos fenômenos históricos, sociais, econômicos que a documentação permite alcançar.

Então, não há apenas um físico a ser preservado, mas também um histórico que deve ser lembrado como parte do acervo.

A revolução tecnológica, vivenciada pela sociedade em seu cotidiano, melhor percebida na convergência dos dispositivos de armazenamento e acesso, acabou por alterar diversos parâmetros nos estudos de informação. A Arquivologia presenciou um crescendo, até a predominância, de uma produção documental em meio digital. Isso atinge diretamente o conhecimento em preservação, que cuidava da restauração e conservação de suportes e agora também precisa cuidar, com igual importância, de sua migração ou renovação.

³ A exemplo das relações de poder e das influências históricas que podem ter atuado sobre a produção.

Ainda que objetos digitais respectivos dos documentos sejam devidamente criados, a ação de representar a informação em meio digital não pode prescindir do uso de um conjunto de metadados. Há um elo entre o conteúdo informacional e seu contexto de criação que não pode ser quebrado e sua manutenção é garantida por meio de estruturas de informação que descrevem a informação e seu contexto.

Usar conjuntos de metadados para descrever um objeto informacional nada mais é que afirmar, de forma estruturada, as características do objeto informacional. De forma simplista, um conjunto de metadados poderia ser comparado ao conjunto de campos de um formulário.

3 Disponibilização de bases de dados arquivísticas na web

O desenvolvimento de ambientes *web* para disponibilização de representação de informação arquivística, que também poderiam ser chamados de sistemas de recuperação de informação arquivística com interface *web*, são estruturas complexas, apesar do que se poderia imaginar frente à relativa facilidade na construção de *websites* e, até mesmo, alguns sistemas *web*, baseados em plataformas de gestão de conteúdo com recursos que permitem uma fácil customização.

De todos os aspectos que podem ser levantados quando da construção dos ambientes *web*, o que se refere à adesão de padrões é dos mais importantes. Um ambiente construído para funcionamento isolado, isto é, sem possibilidade de cooperação técnica e interoperabilidade, acaba por não usufruir de diversas vantagens que podem garantir a preservação digital dessas representações.

O uso de um mesmo conjunto específico de padrões e normas por distintas instituições permite a criação de grupos de discussão acerca de práticas de tratamento documental e de redes de arquivos fortes, operantes e cooperativas.

A escolha dos padrões também propicia um campo de reflexão importante, padrões abertos podem significar a não dependência de monopólios e/ou fornecedores de soluções específicos. A dependência institucional a um fornecedor ou padrão proprietário pode comprometer a curto, médio ou longo prazo a continuação de boas iniciativas.

Após as escolhas, as construções desses ambientes também demandariam o desenvolvimento de bases de dados consistentes, que também gozariam da característica benéfica da interoperabilidade.

Instituições arquivísticas que pudessem conectar suas bases de dados formariam conglomerados que, por sua vez, poderiam formar as redes de arquivos estaduais e nacional. Uma grande rede de arquivos brasileira (ou transnacional) normalizada e padronizada

permitiria acessos remotos, cruzados e simultâneos, como o que Real (2004, p. 46) imagina para Portugal.

Este trabalho apresenta critérios, de forma breve, e componentes que devem ser observados e/ou utilizados quando da construção de bases de dados arquivísticas que tenham por objetivo alcançar os usuários por meio da Internet. Os critérios são: Acesso Remoto, Interoperabilidade e Preservação Digital. Os componentes são a Nobrade e a EAD-DTD.

3.1 Critérios para desenvolvimento do ambiente web

3.1.1 Acesso Remoto

A *Web* permitiu que conteúdos multimídia armazenados em um local pudessem ser acessados por interessados em qualquer parte do planeta, contando com um dispositivo de acesso à teia.

Diversos softwares foram desenvolvidos e estão sendo utilizados por instituições arquivísticas, porém grande parte deles não permite que usuários possam acessar as bases de dados remotamente.

O acesso remoto é o critério que inclui a telecomunicação como elemento essencial para a implantação de serviços arquivísticos. As possibilidades são muitas, baseadas nas várias vantagens que as novas tecnologias oferecem. É importante lembrar que a Sociedade da Informação pressupõe o acesso a conteúdos por meio da Internet e as instituições arquivísticas precisam considerar isso na promoção do acesso às informações contidas em seus acervos.

3.1.2 Interoperabilidade

Sistemas interoperáveis são conceituados por Marcondes e Sayão (2002, p. 46) como aqueles “passíveis de serem consultados simultaneamente”. Segundo esses autores, redes que congreguem sistemas com essa característica são alcançadas “mediante adoção de um conjunto de especificações técnicas e princípios organizacionais bastante simples, porém potencialmente poderosos e de grande alcance, no objetivo de integração”.

As especificações citadas anteriormente são protocolos ou padrões que permitiriam criar aplicativos como meta-buscas, capazes de recuperar documentos com descritores semelhantes em acervos de instituições diferentes, representados digitalmente em sistemas compatíveis com aquelas especificações. Dessa forma, seria possível, por exemplo, pesquisar documentos acerca de uma personalidade em arquivos municipais de todo o país, ou apenas naqueles escolhidos dentre as opções existentes, facilitando o levantamento de fontes para a pesquisa.

Para ilustrar, pode-se observar o Holmes (<http://www.holmes.feudo.org/>), um sistema de meta-busca que possui, em um único mecanismo, a possibilidade de consultar trabalhos acadêmicos em Ciência da Informação, depositados em 30 repositórios e periódicos mantidos por diversas instituições ao redor do mundo. O Holmes é possível graças a um conjunto de especificações, o protocolo OAI-PMH, suportado nos diferentes softwares adotados por estas instituições (ODDONE & ANDRADE, 2006).

Existem algumas iniciativas para a criação de redes de arquivos cujos sistemas informatizados estejam baseados na utilização de padrões. Podemos citar o projeto da Rede de Arquivos de Minas Gerais, que pretende utilizar a ISAD(g) e Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) para codificar os instrumentos de acesso de diversas instituições arquivísticas daquele estado. Os instrumentos codificados seriam depositados em um único sistema de recuperação de informação (RIBEIRO, DI MAMBRO, PARRELA e ANDRADE, 2005).

Outra iniciativa semelhante, ainda em fase inicial, é a do Arquivo Público da Bahia (APB), que pretende fazer uso de uma metodologia alinhada com os conceitos apresentados neste trabalho. Um dos objetivos é evitar o manuseio excessivo da documentação, além de possibilitar o fortalecimento de uma rede de arquivos na Bahia, por meio de um sistema baseado no uso da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) e da Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD).

3.1.3 Preservação Digital

A preservação digital consiste em estabelecer meios para a manutenção do acesso a objetos informacionais em longo prazo. Esses meios precisam ser definidos de forma que obstáculos conhecidos sejam superados ou, pelo menos, amenizados.

Como comentado em trabalho anterior (ANDRADE, BORGES e JAMBEIRO, 2006), diversos estudos e iniciativas surgiram na busca de respostas para os questionamentos que a preservação digital suscitou. Pesquisadores se debruçaram sobre questões como a obsolescência do hardware, a dependência do software e a deterioração da mídia, em busca de soluções para esses aspectos negativos do uso das novas tecnologias. Esses três aspectos são, resumidamente, os obstáculos enfrentados pelos gestores da informação digitalizada que pretendem manter a integridade dessas a longo prazo.

Márdero Arellano considera que a preservação de documentos digitais dependerá “principalmente da solução tecnológica adotada e dos custos que ela envolve” (2004, p. 15). Essa afirmação é uma das justificativas para o uso preferencial de software livre nas

iniciativas de preservação digital, lembrando que software livre não é sinônimo de software gratuito (*freeware*), conforme Stallman (2000) salienta, pois ser *livre* implica em outras *liberdades* além da gratuidade do software, como, por exemplo, a não existência de vínculo de dependência com o desenvolvedor.

3.2 Componentes do ambiente web

3.2.1 Norma Brasileira de Descrição Arquivística

Desde a década de 1980, as práticas de tratamento documental têm tido seus processos postos em análise com vistas à normalização.

No âmbito internacional, temos o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que promoveu o desenvolvimento da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, a ISAD(G). Esse trabalho contou com a colaboração de representantes de vários países, inclusive do Brasil, à época dos trabalhos de revisão para a segunda edição. A norma foi publicada em 1994 e traduzida para a Língua Portuguesa em 1998 pelo Arquivo Nacional, no Brasil.

A ISAD(G) é uma norma pronta para o uso, porém estimula os países interessados em normalizar suas atividades de representação da informação arquivística a adaptarem essa norma às próprias necessidades. O Brasil foi um dos países que considerou necessária a adequação da ISAD(G).

Assim, depois de um tempo de trabalho, foi publicada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a Nobrade, no início de 2007.

Como a ISAD(G), a Nobrade apresenta apenas grandes campos descritivos, sem entrar em profundo detalhamento em relação aos dados que devem constar na descrição. Isso posiciona cada instituição que adota a Nobrade em uma privilegiada situação, gozando do equilíbrio entre a disciplina no trabalho de descrição e a liberdade de ação, em sua realidade de recursos humanos, de acervo, de conhecimento técnico e de tecnologia (FONSECA, 2005b). A própria norma afirma isso quando evidencia que seu objetivo é:

“[...] estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios.” (BRASIL, 2006, p. 11).

Conhecer a Nobrade requer sua leitura. Nesse trabalho serão apresentados aspectos

técnicos importantes quanto ao uso da norma e os campos descritivos previstos nela, com as respectivas recomendações de uso. As informações a seguir foram baseadas ou extraídas da própria norma, exceto alguns comentários que foram realizados quando considerado conveniente.

Aspectos técnicos da Nobrade

Normas e padrões geralmente carregam consigo inúmeras vantagens inerentes à uniformização e/ou racionalização de procedimentos e processos. No caso de uma norma de descrição arquivística, podemos citar o possível salto de qualidade nos processos técnicos de representação da informação até as vantagens que o pesquisador usufrui por utilizar instrumentos de pesquisa com as informações semelhantemente estruturadas.

A Nobrade é uma norma pensada de forma que seja possível utilizá-la em sistemas de recuperação de informação manuais ou automatizados, porém, não estabelece formatos de entrada ou saída de dados. Para intercâmbio de informações entre instituições, a norma reconhece ser insuficiente, apesar de se considerar um requisito fundamental. Em nota de rodapé, a Nobrade cita a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD), que será vista mais adiante, como uma possível solução para tornar possível o dito intercâmbio de informações.

A norma aponta dois aspectos a que chama de pressupostos básicos: o respeito aos fundos e a descrição multinível. O primeiro é uma referência a um dos “princípios da arquivologia”, o *respect des fonds*, que Bellotto (2004, p. 29) descreve como “agrupamento sistemático dos papéis de um fundo de forma a não se misturarem com os demais fundos”. O segundo pressuposto é uma referência à descrição realizada do geral ao particular, onde o profissional percorre a formação hierarquizada do arranjo, representando cada parte em sua substância e estrutura, atentando para que relacione informações relevantes em cada nível de descrição, sem repetição, na medida em que avança nos níveis.

Os níveis de descrição são relacionados como sendo: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5).

Nem todos os níveis precisam ser implementados, como alerta a norma, mas alguns níveis só podem ser alcançados após a realização do anterior, como no caso da descrição dos itens documentais que só podem ser tratados após a descrição do dossiê ou processo correspondente.

Áreas e elementos de descrição

A Nobrade possui oito áreas que, juntas, usam vinte e oito elementos de descrição. As áreas são:

1. *Área de identificação*, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;
2. *Área de contextualização*, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;
3. *Área de conteúdo e estrutura*, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;
4. *Área de condições de acesso e uso*, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;
5. *Área de fontes relacionadas*, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;
6. *Área de notas*, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;
7. *Área de controle da descrição*, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;
8. *Área de pontos de acesso e descrição de assuntos*, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.

Os elementos de descrição serão relacionados a seguir, após a declaração da área a que está ligado. Serão indicados os objetivos e as regras para cada elemento. Caso haja um asterisco no nome do elemento, significa que ele é de uso obrigatório no processo de descrição. A norma prevê procedimentos para cada elemento.

1. Área de identificação

Código de referência*

Objetivo: Identificar a unidade de descrição.

Regra(s): Registre, obrigatoriamente, o código do país (BR), o código da entidade custodiadora e o código específico da unidade de descrição.

Título*

Objetivo: Identificar nominalmente a unidade de descrição.

Regra(s): Registre o título da unidade de descrição.

Data(s)* [*obrigatório no que tange à data crônica.*]

Objetivo: Informar a(s) data(s) da unidade de descrição.

Regra(s): Forneça obrigatoriamente a(s) data(s) de produção da unidade de descrição. Opcionalmente, registre outras datas crônicas pertinentes, como data(s) de acumulação ou data(s)-assunto. Caso seja relevante, registre também a(s) data(s) tópica(s) de produção da unidade de descrição.

Nível de descrição*

Objetivo: Identificar o nível da unidade de descrição em relação às demais.

Regra(s): Registre o nível da unidade de descrição.

Dimensão e suporte*

Objetivo: Identificar as dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição.

Regra(s): Registre a dimensão física ou lógica da unidade de descrição, relacionando esse dado ao respectivo suporte.

2. Área de contextualização

Nome(s) do(s) produtor(es)*

Objetivo: Identificar o(s) produtor(es) da unidade de descrição.

Regra(s): Registre a(s) forma(s) normalizada(s) do(s) nome(s) da(s) entidade(s) produtora(s) da unidade de descrição.

História administrativa/Biografia

Objetivo: Oferecer informações referenciais sistematizadas da trajetória do(s) produtor(es), da sua criação ou nascimento até a sua extinção ou falecimento.

Regra(s): Registre de maneira concisa informações relacionadas à história da entidade coletiva, família ou pessoa produtora da unidade de descrição.

História arquivística

Objetivo: Oferecer informações referenciais sistematizadas sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia.

Regra(s): Identifique a natureza da acumulação do acervo e registre sucessivas transferências de propriedade e custódia, intervenções técnicas ao longo do

tempo, dispersões e sinistros relacionados à unidade de descrição.

Procedência

Objetivo: Identificar a origem imediata de aquisição ou transferência da unidade de descrição.

Regra(s): Registre a origem imediata da unidade de descrição (nome da entidade que encaminhou), a forma e data de aquisição, se possível com as referências pertinentes (instrumento formal de encaminhamento e/ou recebimento como uma correspondência, o número e data da mesma, números ou códigos de entrada da unidade de descrição etc.). Se a origem for desconhecida, recorra à expressão “dado não disponível”.

3. Área de conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo

Objetivo: Fornecer aos usuários informações relevantes ou complementares ao *Título (1.2)* da unidade de descrição.

Regra(s): Informe, de acordo com o nível, o âmbito (contexto histórico e geográfico) e o conteúdo (tipologia documental, assunto e estrutura da informação) da unidade de descrição.

Avaliação, eliminação e temporalidade

Objetivo: Fornecer informação sobre qualquer ação relativa à avaliação, seleção e eliminação.

Regra(s): Registre quaisquer ações e critérios adotados para avaliação, seleção e eliminação ocorridas ou planejadas para a unidade de descrição.

Incorporações

Objetivo: Informar o usuário sobre acréscimos previstos à unidade de descrição.

Regra(s): Registre incorporações previstas, informando uma estimativa de suas quantidades e frequência.

Sistema de arranjo

Objetivo: Fornecer informação sobre a estrutura interna, ordem e/ou sistema de arranjo da unidade de descrição.

Regra(s): Informe sobre a organização da unidade de descrição, especialmente quanto ao estágio de tratamento técnico, à estrutura de organização ou sistema

de arranjo e à ordenação.

4. Área de condições de acesso e uso

Condições de acesso*

Objetivo: Fornecer informação sobre as condições de acesso à unidade de descrição e, existindo restrições, em que estatuto legal ou outros regulamentos se baseiam.

Regra(s): Informe se existem ou não restrições de acesso à unidade de descrição. Em caso afirmativo, indique o tipo de restrição, a norma legal ou administrativa em que se baseia e, se for o caso, o período de duração da restrição.

Quando a restrição for relativa a uma parte da unidade que está sendo descrita, identifique, ainda que sumariamente, a parcela que sofre restrição.

Condições de reprodução

Objetivo: Identificar qualquer restrição quanto à reprodução da unidade de descrição.

Regra(s): Informe as condições de reprodução da unidade de descrição.

Idioma

Objetivo: Identificar o(s) idioma(s), escrita(s) e sistemas de símbolos utilizados na unidade de descrição.

Regra(s): Informe idioma(s) e sistema(s) de escrita da unidade de descrição. Registre a existência de documentos cifrados ou de abreviaturas incomuns.

Características físicas e requisitos técnicos

Objetivo: Fornecer informação sobre quaisquer características físicas ou requisitos técnicos importantes que afetem o uso da unidade de descrição.

Regra(s): Informe características físicas, requisitos técnicos e problemas decorrentes do estado de conservação que afetem o uso da unidade de descrição.

Instrumentos de pesquisa

Objetivo: Identificar os instrumentos de pesquisa relativos à unidade de descrição.

Regra(s): Nos níveis de descrição 0 a 3, registre a existência de instrumentos de pesquisa, publicados ou não e/ou eletrônicos, utilizando a norma da ABNT –

5. Área de fontes relacionadas

Existência e localização dos originais

Objetivo: Indicar a existência e a localização, ou inexistência, dos originais de uma unidade de descrição constituída por cópias.

Regra(s): Registre a localização do original da unidade de descrição, bem como quaisquer números de controle significativos, se o original pertencer à entidade custodiadora ou a outra entidade. No caso dos originais não existirem ou ser desconhecida a sua localização, registre essa informação.

Existência e localização de cópias

Objetivo: Indicar a existência e localização de cópias da unidade de descrição.

Regra(s): Registre a existência de cópia na entidade custodiadora, fornecendo a referência de controle pela qual seja recuperada. Se existir cópia em outra entidade, registre a forma autorizada do nome da entidade custodiadora e sua localização geográfica, como, por exemplo, a cidade, bem como outros elementos que facilitem sua recuperação, como seu sítio na internet e endereço eletrônico.

Unidades de descrição relacionadas

Objetivo: Identificar a existência de unidades de descrição relacionadas.

Regra(s): Registre informação sobre a existência de unidades de descrição que sejam relacionadas por proveniência ou outra(s) forma(s) de associação na mesma entidade custodiadora ou em qualquer outra. Se necessário, justifique essa relação.

Nota sobre publicação

Objetivo: Identificar publicações sobre a unidade de descrição ou elaboradas com base no seu uso, estudo e análise, bem como as que a referenciem, transcrevam ou reproduzam.

Regra(s): Registre as referências bibliográficas de publicações sobre a unidade de descrição ou elaboradas com base no seu uso, estudo e análise, bem como as que a referenciem, transcrevam ou reproduzam.

6. Área de notas

Notas sobre conservação

Objetivo: Fornecer informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, visando orientar ações preventivas ou reparadoras.

Regra(s): Registre informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, bem como medidas de conservação e/ou restauro que foram, estão sendo ou devam ser tomadas em relação a ela.

Notas gerais

Objetivo: Fornecer informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas ou que se destine a completar informações que já tenham sido fornecidas.

Regra(s): Registre neste elemento informação que, por sua especificidade, não é pertinente a nenhum dos elementos de descrição definidos, ou complete informações que já tenham sido fornecidas, devendo, neste caso, ser indicado o elemento de descrição ao qual se faz referência.

7. Área de controle da descrição

Nota do arquivista

Objetivo: Fornecer informação sobre a elaboração da descrição.

Regra(s): Registre as fontes consultadas para elaboração da descrição, bem como os nomes das pessoas envolvidas no trabalho.

Regras ou convenções

Objetivo: Identificar as normas e convenções em que a descrição é baseada.

Regra(s): Registre as regras e/ou convenções internacionais, nacionais, locais e/ou institucionais seguidas na preparação da descrição.

Data(s) da(s) descrição(ões)

Objetivo: Indicar quando a descrição foi preparada e/ou revisada.

Regra(s): Registre a(s) data(s) em que a descrição foi preparada e/ou revisada.

8. Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

Pontos de acesso e indexação de assuntos

Objetivo: Registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário

adotado.

Regra(s): Identificar os pontos de acesso que exigirão maior atenção na geração de índices e realizar a indexação de assuntos de maneira controlada sobre elementos de descrição estratégicos para a pesquisa.

Na Nobrade, cada elemento possui comentários e outras informações, além das que foram citadas, que devem ser conhecidas para a correta utilização da norma.

Recomenda-se que a instituição estabeleça diretrizes próprias para o preenchimento de cada elemento descritivo. A própria Nobrade faz indicações úteis nesse aspecto. Todavia, recomenda-se que as instruções sejam validadas e/ou alteradas de acordo com a realidade de cada instituição.

A descrição arquivística do acervo é um trabalho que demanda planejamento e execução cuidadosa. É essa atividade que definirá a eficiência do sistema de recuperação de informação arquivística.

É necessário ter atenção especial com a “Área de pontos de acesso e indexação de assuntos”, pois a disponibilidade de um vocabulário controlado pode elevar a qualidade do acesso à informação.

Em um determinado momento, quando as descrições dos níveis iniciais tenham sido finalizados, será possível passar para o próximo passo, a codificação das informações descritivas.

Para codificar instrumentos de pesquisa normalizados em meio digital indicamos um formato denominado Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) que é baseada em uma tecnologia denominada XML, que será apresentada antes da EAD-DTD, a seguir.

3.2.2 XML - Extensible Markup Language

A tecnologia *Extensible Markup Language* (XML) é uma linguagem de marcação de dados. Neutra, independente de software ou hardware específico, a XML permite uma descrição textual e estruturada de informações. Etiquetas (*tags*) são utilizadas para marcar (daí o *markup* do nome) um dado ou informação. Veja no exemplo:

```
<arquivistas>
  <código valor="01">
    <nome>Ricardo</nome>
    <aniversário>03/03/1983</aniversário>
  </código>
  <código valor="02">
```

```
<nome>Rosane</nome>
  <aniversário>12/01/1983</aniversário>
</código>
</arquivistas>
```

É fácil perceber o significado do primeiro exemplo, é uma listagem de nomes de arquivistas com suas respectivas datas de nascimento e ordenados por um código. Um software poderia ser instruído a listar todos os nomes de arquivistas em negrito e apresentar as datas de nascimento dentro de parêntesis, logo após o nome.

O código XML do exemplo anterior pode ser utilizado por sistemas diferentes, que podem fazer distintos usos e apresentações dos dados. Além disso, o documento XML pode ser lido por humanos, que podem entender as informações com auxílio das próprias etiquetas que foram utilizadas.

Uma outra característica notável no uso de metadados em XML é a possibilidade de manter a semântica da informação, como no exemplo a seguir, onde o mesmo termo foi referido inicialmente como um modelo de carro e em seguida como nome de bairro. O termo é o mesmo, mas possui diferentes significados em situações distintas.

```
<carros>
  <modelo>Belina</modelo>
</carros>

<idades>
  <bairro>Belina</bairro>
</idades>
```

O XML é um padrão aberto, não é propriedade de uma instituição nem tampouco depende de uma configuração específica de hardware ou software para ser utilizado. Outro ponto interessante é que o documento XML é puro texto, sua estrutura de dados é tão simples que qualquer computador que o lê, trata-o, sem que dependa de um hardware específico.

Essas características permitem que subseqüentes gerações de hardware e software possam ser utilizadas para extrair e incluir novos dados em uma base XML originalmente gerada em outro sistema. O intercâmbio de dados pode ser feito, então, por meio de uma linguagem única, que pode ser suportada por novas gerações de sistemas de informação.

Também, novas interfaces de sistemas poderiam ser desenvolvidas a partir das bases XML disponíveis, sem demandar conhecimento acerca das interfaces utilizadas em sistemas anteriores.

Após entender como o XML pode ser utilizado, é importante compreender como é possível definir um tipo de documento XML por meio de uma *Document Type Definition* (DTD).

Uma DTD constitui um padrão, formalmente declarado, de formatação de documentos XML, apontando quais etiquetas são permitidas para uso, em quais circunstâncias devem ser utilizadas e quais as relações hierárquicas entre elas (DÉCIO, 2000). As DTDs são desenvolvidas para específicas necessidades, como é o caso da DTD para codificação de descrição arquivística, que será apresentada posteriormente.

A declaração formal das etiquetas, das estruturas e das relações permite que, por exemplo, diferentes arquivistas em distintas instituições codifiquem seus instrumentos de pesquisa, de forma que o produto seja um documento XML semelhante em estrutura. Assim, caso seja necessário, seria possível a conectividade entre os sistemas de informação de suas respectivas instituições.

A escolha de uma DTD é importante tanto para o momento prático de criação do documento XML, para permitir a intercomunicação entre as instituições e também na troca de experiência técnica entre elas, considerando que estas usam um mesmo padrão.

Os exemplos de códigos XML apresentados anteriormente não seguem nenhuma DTD formalmente declarada, por causa de sua estrutura simples, porém documentos XML mais complexos, como instrumentos de pesquisa arquivísticos, demandam o uso de uma DTD específica para que haja padronização em sua estrutura.

Já existe uma DTD específica para instrumentos de pesquisa arquivísticos, é a Descrição Arquivística Codificada, a EAD-DTD.

3.2.3 Descrição Arquivística Codificada, a EAD-DTD

As possibilidades que os computadores proporcionaram aos serviços de informação, como o controle de grande quantidade de informação e a comunicação destas por redes telemáticas, são facilmente percebidas. Aproveitar as tais possibilidades seria uma tarefa melhor realizada com o auxílio de padrões, formatos, normas ou qualquer tipo de acordo prévio que indicasse às instituições como os procedimentos devem ser executados.

Referente à codificação de informações arquivísticas, algumas iniciativas de padronização foram criadas e produtos desenvolvidos.

Uma dessas foi o *MARC Format for Archival and Manuscripts Control* (MARC AMC), específico para uso em documentos de arquivo e desenvolvido na década de 1970. Esse formato é um reflexo, um indicativo da ocorrência de tentativas empreendidas no sentido

de adaptar normas de catalogação bibliográfica para a atividade de descrição arquivística (RUSSEL & HUTCHINSON, 2000).

O estabelecimento de normas permitiu a racionalização e padronização de procedimentos, tornando as atividades passíveis de automação por meio das novas tecnologias de informação e comunicação.

Sistemas compatíveis com as normas utilizadas pelos profissionais da informação proliferaram e o aumento da produção informacional em meio eletrônico conduziu a uma generalizada e justificada preocupação com a preservação digital.

Um dos aspectos referente à preservação digital é o uso de metadados, tratado em capítulo anterior desse trabalho. Como já visto, a escolha do XML seria natural para a representação de informação, diante da preocupação com a preservação digital.

Assim, buscando estabelecer um padrão adequado à codificação de produtos de descrição arquivística, foi estabelecido o formato *Encoded Archival Description*, denominado *Descrição Arquivística Codificada* neste trabalho e abreviado como EAD-DTD.

Ruth (2001) enfatiza que a EAD-DTD é a mais recente tentativa dentre uma série de esforços para que os arquivistas possam auxiliar pesquisadores remotos a identificarem documentação relevante a suas pesquisas.

Histórico

O desenvolvimento da EAD-DTD começou em 1993, a partir de uma pesquisa da biblioteca da Universidade de Berkeley, Califórnia. Essa pesquisa investigou a demanda e a possibilidade de desenvolvimento de um padrão não-proprietário para codificação de instrumentos de acesso, tais como inventários, índices e outros. Esse padrão deveria atender aos seguintes critérios (THE LIBRARY OF CONGRESS, 2002):

1. Representar instrumentos arquivísticos de acesso, de forma extensiva e inter-relacionada;
2. Preservar as relações hierárquicas existentes entre os níveis de descrição;
3. Permitir que uma informação descritiva fosse herdada de um nível hierárquico a outro;
4. Permitir que uma estrutura informacional pudesse ser movida dentro da hierarquia;
5. Suportar indexação e recuperação de elementos específicos.

Em sua primeira versão, a EAD-DTD foi construída em conformidade com uma linguagem de marcação, a SGML. A SGML é uma série de regras que definem a estrutura

lógica e a expressão dessa estrutura em documentos habilitados a serem manipulados por softwares, que teriam por objetivo buscar, controlar e apresentar visualmente esses documentos. É muito semelhante ao XML.

O estabelecimento dessa estrutura lógica e de sua expressão se justifica na medida em que um mesmo software poderia se relacionar com diversos documentos, que teriam a mesma estrutura e, assim, poderiam ser automaticamente manipulados.

Esse desenvolvimento contou com a participação da Sociedade Americana de Arquivistas (SAA) e diversos outros colaboradores, que fizeram contribuições na concepção e execução dos objetivos da iniciativa.

Em determinado momento de seu desenvolvimento, a EAD passou por uma reestruturação motivada pela necessidade de sua adaptação às normas de descrição arquivísticas existentes, numa demanda da própria comunidade de teste então existente.

A tecnologia XML, emergente naquele momento, havia adquirido estabilidade suficiente para que a comunidade de desenvolvimento considerasse interessante a criação de uma EAD-DTD, pois o uso desta eliminaria a necessidade de softwares específicos para acesso à EAD baseada na SGML.

Em agosto de 1998 a versão 1.0 da EAD foi lançada.

Na seqüência, um esforço de atualização da EAD-DTD levou à retirada de oito etiquetas do padrão e inclusão de algumas novas. Algumas partes da estrutura hierárquica também foram alteradas e, por fim, a versão 2002 da EAD-DTD foi publicada e é esta a vigente.

Visão geral da EAD-DTD

Todo padrão baseado em XML possui uma definição de tipo de documento, a DTD. Essa definição estabelece as regras que deverão ser seguidas na construção do documento.

Codificar um instrumento de acesso em conformidade com a EAD-DTD significa seguir as regras de hierarquia de etiquetas e qualificá-las devidamente, utilizando os atributos possíveis.

A EAD-DTD é composta por cento e quarenta e seis etiquetas (tags), que, por sua vez, podem apresentar atributos que auxiliam na qualificação da informação contida na etiqueta. Isso pode ser entendido com o exemplo abaixo:

```
<origination label="Creator">Jorge Amado</origination>
```

Acima têm-se um exemplo real de uso de uma das etiquetas da EAD: “Jorge Amado” é indicado como produtor do acervo que está sendo descrito. A etiqueta utilizada foi “*origination*”, qualificada com o atributo “*label*”, cujo valor “*creator*” indica que o dado marcado se referia ao produtor da documentação.

Um editor XML pode auxiliar na criação de um documento EAD. As hierarquias serão mais facilmente cumpridas, pois o editor, orientado pela DTD, não permitirá o uso de uma etiqueta em posição hierárquica irregular.

Um documento EAD possui três partes, cada uma “encabeçada” por uma etiqueta. São elas:

<eadheader> - contém informações sobre o documento EAD em si.

<frontmatter> - contém informações relevantes para a apresentação visual ou publicação dos metadados.

<archdesc> - contém informações descritivas sobre o acervo.

A seguir, um exemplo da estrutura mínima válida de um documento EAD, que é composta por duas (<eadheader> e <archdesc>) das três partes possíveis:

```
<ead>
  <eadheader>
    <eadid>[...]</eadid>
    <filedesc>
      <titlestmt>
        <titleproper>[...]</titleproper>
      </titlestmt>
    </filedesc>
  </eadheader>
  <archdesc level="fonds">
    <did>[...]</did>
    <dsc type="combined">[...]</dsc>
  </archdesc>
</ead>
```

Etiquetas

Serão apresentadas algumas das cerca de 140 etiquetas da EAD-DTD. As etiquetas escolhidas foram as que se referem aos elementos de descrição da Nobrade.

Não há indicação da hierarquia de uso, apenas uma tabela de equivalência entre as áreas e elementos de descrição e as etiquetas EAD julgadas equivalentes.

NOBRADE	EAD	Exemplo de informação	Notas e/ou exemplos
-	<titleproper>		Título da codificação
1.1 Código de referência	<unitid>	BR APB Colonial-010103	Utilizando os atributos COUNTRYCODE e REPOSITORYCODE
1.2 Título	<title> <subtitle>	Fundo Pedro Calmon	
1.3 Data(s)	<unitdate>	1820-1950	
1.4 Nível de descrição	<archdesc> e <c>	-	Na Nobrade, o nível é representado por uma notação numérica. Em EAD, o nível é um atributo da etiqueta <archdesc>. Ex: <archdesc level="fonds">
1.5 Dimensão e suporte	<dimensions>, <physdesc> e <extent>	Textuais 1m; Iconográficos 130 fotografias	
2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)	<origination label="creator">	Castanheira, Hélio, 1820-1892	
2.2 História administrativa / biografia	<bioghist>	(extenso demais para exemplificar)	
2.3 História arquivística	<custodhist>	(extenso demais para exemplificar)	
2.4 Procedência	<acqinfo>	Parcela doada por Raul Riff, por meio de contrato em 1989; parcela doada por Luiz Alberto Moniz Bandeira em março de 2003.	
3.1 Âmbito e conteúdo	<scopecontent>	Correspondência, relações de filmes examinados, documentação contábil referente à taxa cinematográfica para a educação popular, documentação referente ao Convênio Cinematográfico Educativo.	

(Continua...)

NOBRADE	EAD	Exemplo de informação	Notas e/ou exemplos
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	<appraisal>	A documentação da extinta LLOYDBRAS foi avaliada, selecionada e eliminada com base na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativa às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovada pela Resolução nº 4, de 28/3/1996, e revista e ampliada pela Resolução nº 14, de 24/10/2001, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Foram eliminados documentos relativos às áreas de organização e funcionamento, de pessoal, de orçamento e finanças, de material e patrimônio e documentação técnica, do período de 1947 a 1997, num total de 1.450 metros lineares de documentos, conforme consta do Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, publicado no D.O.U. de 3/2/2003, Seção 3, página 55.	
3.3 Incorporações	<accruals>	Algumas subséries poderão receber novos acréscimos de documentos em decorrência do processo de identificação levado a termo no âmbito do fundo Museu Nacional.	
3.4 Sistema de arranjo	<arrangement>	O fundo encontra-se organizado em 4 séries: Documentos pessoais; artigos científicos; correspondências; fotografias.	
4.1 Condições de acesso	<accessrestrict>	Documentos manuscritos acessíveis somente por microfilme; documentos cartográficos acessíveis em originais e formato digital; documentos bibliográficos acessíveis em originais e por microfilme.	
4.2 Condições de reprodução	<userrestrict>	Os documentos textuais e bibliográficos podem	

		ser reproduzidos. Os documentos iconográficos podem ser reproduzidos por meio fotográfico.	
--	--	--	--

(Continua...)

NOBRADE	EAD	Exemplo de informação	Notas e/ou exemplos
4.3 Idioma	<physdesc> + <language>	Português, inglês e espanhol	
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	<phystech>	Fotografias com espelhamento da imagem, prata migrando;	
4.5 Instrumentos de pesquisa	<otherfindaid>	Guia eletrônico de fundos APB. MUSEU NACIONAL (Brasil). Seção de Memória e Arquivo. <i>José Feio</i> : inventário. Rio de Janeiro, 2002-2005.	
5.1 Existência e localização dos originais	<originalsloc>		
5.2 Existência e localização de cópias			
5.3 Unidades de descrição relacionadas	<archref>	Entidade custodiadora: Academia Brasileira de Letras Localização: Rio de Janeiro Fundo/coleção: Roquette-Pinto Código de referência: BR ABL AA RPi	
5.4 Nota sobre publicação	<bibliography>	BANDEIRA, Moniz. <i>O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964</i> . Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977. 187 p.	
6.1 Notas sobre conservação	<phystech>	Documentos em bom estado de conservação.	
6.2 Notas gerais	<odd>		Notas que não cabem em nenhum outro campo

(Continua...)

NOBRADE	EAD	Exemplo de informação	Notas e/ou exemplos
7.1 Nota do arquivista	<author>	O arquivo foi organizado de acordo com os procedimentos do CPDOC publicados em: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. <i>Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC</i> . 4. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1998. 104 p. Equipe: Pesquisador responsável – Célia Maria Leite Costa; Estagiária – Viviane Marins Fagundes	
7.2 Regras ou convenções	<descrules>	CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. <i>ISAD(G)</i> : norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49).	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	<filedesc> [...] <publicationstmt> <date normal=""></date> [...] </publicationstmt> [...] </filedesc>	23 dezembro de 2003.	<filedesc> [...] <publicationstmt> <date normal="1223203"> 23 dezembro de 2003</date> [...] </publicationstmt> [...] </filedesc>

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	<controlaccess> + <subject>	Argentina; Uruguai; Exílio; Comunista; Ditadura	

4 Archives Hub: uma rede de arquivos britânica baseada em Descrição Arquivística Codificada

O Archives Hub é um serviço da Mimas (Manchester Information & Associated Services) que disponibiliza um sistema de busca para alcançar codificações de instrumentos de pesquisa relativos a cerca de 20.000 acervos custodiados por instituições de ensino do Reino Unido.

O Archives Hub permite o acesso às informações descritivas no nível do fundo documental, constituindo um guia de fundos digital. Alguns fundos tiveram as próximas hierarquias, como as séries, descritas.

De acordo com Hill (2002), o Archives Hub foi desenvolvido a partir de experiências do National Networking Demonstrator Project (UK), em setembro de 1998, que levantou os fundos necessários para o desenvolvimento de uma solução que deveria disponibilizar instrumentos de pesquisa das universidades britânicas online.

Como ponto de partida, foi iniciado o estudo de soluções de diversas instituições que desenvolveram sistemas de buscas em múltiplos instrumentos de pesquisa que consideravam a descrição multinível.

Consideraram o uso de ISAD(G) e Z39.50, sendo que o primeiro foi percebido como insuficiente, apesar de importante, para desenvolver a solução. Por isso, a partir do projeto piloto, adotaram a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) como formato para a base de dados.

Cinquenta universidades no Reino Unido foram os provedores iniciais de conteúdo para o projeto, sendo que durante o piloto (agosto de 1999 até julho de 2000) contribuíram com cerca de 3.000 codificações, a maioria com descrições do primeiro nível (fundo ou coleções). Cerca de 10% dessas codificações eram instrumentos de pesquisa mais complexos, com descrições além dos fundos.

Após o projeto piloto, o software Cheshire foi adaptado e estendido pelo time de desenvolvedores da Universidade de Liverpool, para criar o mecanismo de busca assemelhado ao que existe atualmente.

Um dos pontos interessantes é o fato da necessidade de uso de termos de um vocabulário controlado, para indexar os grupos documentais. Hill pondera que boa parte dos arquivistas não está familiarizada com a indexação por termos, o que, se for verdade, deve ser uma habilidade a ser desenvolvida por equipes de codificação.

Até Junho de 2003, o projeto reuniu cerca de 20.000 descrições de fundos ou coleções, tendo o investimento aplicado, até aquele momento, somado cerca de £500.000 (quinhentas mil libras esterlinas), distribuídas entre as instituições britânicas de ensino superior para possibilitar a criação das codificações utilizando a EAD-DTD.

O projeto Archives Hub ainda disponibiliza em seu site um link chamado “For Archivists”, onde apresenta desde o método de instalação do Cheshire (o software-base do sistema) até as práticas de codificação de instrumentos de pesquisa. Também possui links relacionados a temas como Preservação Digital e Liberdade de Informação, tratados pela equipe do Archives Hub.

A interface do Archives Hub possibilita ao usuário fazer buscas simples colocando um termo, que é analisado entre as informações descritivas e os termos utilizados na indexação. Também permite ações de busca mais complexas, escolhendo em quais elementos descritivos o termo deve ser buscado ou até mesmo navegando na lista de termos utilizados na base de dados.

O Archives Hub é um interessante exemplo das possibilidades que a codificação de instrumentos de pesquisa, utilizando EAD-DTD, possibilita.

Criar uma rede de arquivos que disponibilize seus instrumentos de pesquisa online é uma forma de criar visibilidade social aos arquivos e seus acervos. Apenas a colaboração técnica entre as instituições não permite aproximar a rede da sociedade.

Também, é possível que adaptações na base tecnológica utilizada pelo projeto Archives Hub, que tenham por objetivo a replicação de dados, permitam uma abordagem melhorada da Preservação Digital das informações descritivas.

5 Considerações finais

Representar a informação arquivística para sua disponibilização na Internet, na forma indicada, pode parecer um passo demasiadamente ousado para muitas instituições arquivísticas. No entanto, alcançar o objetivo demanda realizar outras conquistas que, por si só, representam avanços qualitativos, como a qualificação dos instrumentos de pesquisa por meio da normalização.

De fato, a tarefa de codificar os instrumentos normalizados representa um desafio, ainda mais considerando os recursos geralmente disponíveis para efetivar o treinamento dos recursos humanos.

O trabalho apresenta possibilidades que, para se tornarem realidade, necessitam

de investimento intelectual em diversos aspectos. A Nobrade já se encontra disponível e pode auxiliar as instituições a dar o primeiro passo, normalizando seus instrumentos de pesquisa.

Uma vez que as instituições arquivísticas tenham normalizado seus instrumentos de pesquisa, a codificação é o segundo passo, que já caracterizaria, como dito, um enorme esforço das equipes envolvidas.

A disponibilização das informações descritivas na Internet seria um último passo que passaria pela escolha e uso de um software-base, tal como o Archives Hub escolheu e implantou o Cheshire. As instituições pioneiras nesse processo poderão ter que desenvolver seu próprio software-base ou traduzir os softwares livres existentes, nesse caso, evidencia-se uma das liberdades das licenças de uso dos softwares livres, a autorização prévia para alterar o software conforme as necessidades.

Há uma escassez de material de apoio ao uso de Descrição Arquivística Codificada, que deve ser rapidamente superada por meio da publicação de manuais e da própria *Tag Library* do formato, documento que lista e descreve cada uma das etiquetas previstas.

Não obstante conhecer as áreas e elementos de descrição da Nobrade, é importante salientar que aplica-la deve ser considerada parte de uma política de descrição da instituição. Existem Arquivos que criam até mesmo documentos de orientação para o preenchimento de elementos descritivos, como é o caso do Arquivo Nacional Torre do Tombo⁴, em Portugal.

Além disso, aspectos políticos e de formação de recursos humanos surgem quando uma ou mais instituições decidem criar uma rede de arquivos tal como é o Archives Hub. O que descaracteriza tal ação como uma mera implantação de sistema informatizado.

Acredita-se que os critérios para desenvolvimento de ambiente *web* devam ser seguidos sem exceção, ao contrário dos componentes, que podem ser revistos. De qualquer forma, o formato EAD-DTD é recomendado pelas suas características e finalidade de uso, específica ao problema da codificação de informações descritivas de acervos arquivísticos.

Todos esses passos ou obstáculos se tornam pequenos diante das possibilidades,

⁴ Disponível em http://www.iantt.pt/downloads/Orient_desc_arq_v1.pdf

que devem se tornar realidade o quanto antes, de modo a contribuir para a melhoria da visão social dos Arquivos, para disseminar a informação contida nos acervos à um público mais amplo que o normal e ajudam as instituições a avançarem em seu conhecimento técnico.

Referências

ANDRADE, Ricardo Sodré; BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Digitalizando a memória de Salvador: Nossos presente e passado têm futuro? **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.2, p. 243-254, mai./ago. 2006.

BELLOTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DÉCIO, Otávio C. **XML**: Guia de consulta rápida. Rio de Janeiro: Novatec, 2000.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005(a).

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A norma brasileira de descrição. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005(b).

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ci. Inf.**, V. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=350>>. Acesso em: 24 out. 2006.

HILL, Amanda. Bringing archives online through Archives Hub. **The Journal of Society of Archivists**, vol. 23, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.archiveshub.ac.uk/JSAarticle.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2007.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando. Documentos digitais e novas formas de cooperação entre sistemas de informação em C&T. **Ci. Inf.**

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Preservação de documentos digitais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004.

ODDONE, Nanci; ANDRADE, Ricardo Sodré. Acesso à informação baseado em Open Archives: a experiência do Holmes. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006.

REAL, Manuel Luís. A Rede Nacional de Arquivos: um desafio no século XXI. **Cadernos Bad**, 1, 2004, p. 36-59.

RIBEIRO, José Guilherme; DI MAMBRO, Galba; PARRELA, Ivana; ANDRADE, Ricardo Sodré. A Criação da Rede de Arquivos de Minas Gerais – RAMG. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005.

RUSSELL, Beth M.; HUTCHINSON, Robin L. Brandt. Official Publications at Texas A&M University: A Case Study in Cataloging Archival Material. **American Archivist**, 63:1 (Spring/Summer 2000), p. 175–184.

RUTH, Janice E. The development and structure of the Encoded Archival Description (EAD) Document Type Definition. In: PITTI, Daniel V.; DUFF, Wendy M (Ed.). **Encoded Archival Description on the Internet**. Binghamton: The Haworth Information Press, 2001, p. 27-60.

SANTOS, Paula Xavier dos. A dimensão política da Disseminação da Informação através do uso intensivo das tecnologias de Informação e Comunicação uma alternativa à noção de Impacto Tecnológico. **DatagramaZero**, v. 5, n. 4, ago, 2004.

STALLMANN, Richard. O Projeto GNU. **DatagramaZero**, n. 1, fev, 2000.

THE LIBRARY OF CONGRESS. Development of the Encoded Archival Description. 2002. Disponível em: <<http://www.loc.gov/ead/eaddev.html>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

YAKEL, Elizabeth. Archival representation. **Archival Science**, n. 3, p. 1-25, 2003.

Outras obras consultadas

HILLMANN, Diane. **Using Dublin Core**. 2005. Acesso em: 08 abril de 2007. Disponível em: <<http://www.dublincore.org/documents/usageguide/>>.

KAY, Michael. **XSLT: Referência do programador**. 2. Rio de Janeiro: Alta books, 2002.

ENCODED ARCHIVAL DESCRIPTION. Disponível em: <<http://www.loc.gov/ead/>>. Acesso em: 12 jun. 2007.